

Revisitando uma comunidade quilombola no Piemonte Norte do Itapicuru: a quantas anda a pérola negra de Senhor do Bonfim (BA)?

Edna Maria de Oliveira Ferreira *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-2606-557X>

César Costa Vitorino **

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0003-4121-004X>

Resumo: Comunidades afrodescendentes são conhecidas por lutas e resistências contra amordaçamentos propositais, num Brasil fortemente eurocêntrico. Há 17 anos, lançava-se a obra “Tijuaçu: uma resistência negra no semiárido baiano” (MACHADO, SALGADO, KROPIDLOWSKI e SANTOS, 2005) que se propunha a efetivar a autoestima dos cidadãos dessa comunidade, lançando um olhar de empoderamento sobre a cultura africana e contrapondo-se à cultura elitista predominante nos vários contextos sociais, inclusive nos currículos escolares. Objetiva-se abrir espaço de diálogo, a partir de pesquisa bibliográfica e depoimentos colhidos entre concidadãos (ãs) que exercem liderança na localidade, para parametrizar a construção de políticas públicas que venham ao encontro dos anseios dos tijuaçuenses. A água, a fé, a cultura local e o combate ao racismo mostraram-se capazes de suscitar debate, com vistas à conquista de uma “Pérola Negra¹” verdadeiramente orgulhosa.

Palavras-chave: Histórias de luta; Resistência; Cultura afrodescendente; Antirracismo.

Abstract: Afro-descendant communities are known for struggles and resistance against deliberate muzzling, in a strongly Eurocentric Brazil. 17 years ago, the work Tijuaçu: a black resistance in the Baiano semi-arid (MACHADO, SALGADO, KROPIDLOWSKI e SANTOS, 2015) was launched, which aimed to improve the self-esteem of the citizens of this community, taking an empowering look at African culture and opposing the elitist culture prevailing in various social contexts, including school curriculum. The objective is to open a space for dialogue, based on bibliographic research and testimonies collected among fellow citizens who exercise leadership in the locality, to parameterize the construction of public policies that meet the desires of the Tijuaçuenses. Water, faith, local culture and the fight against racism proved capable of raising debate, with a view to achieving a truly proud “Black Pearl”.

Keywords: Stories of struggle and resistance. Afro-descendant culture. Anti-racism.

Akopo: Awon agbegbe iran-Afro ni a mo fun awon ijakadi ati atako lodi si imunimomomo, ni Eurocentric Brazil ti o lagbara. 17 odun seyin, ise Tijuaçu: atako dudu ni ologbele-ogbele ti Bahia (MACHADO, SALGADO, KROPIDLOWSKI e SANTOS, 2015) ti se ifilole, eyiti o ni ero lati mu igbega ara eni ti awon ara ilu ti agbegbe yii se, ti n fi agbara wo asa Afirika. ati ilodi si asa elitist ti o bori ni opolopo awon aaye awujo, pelu awon iwe-eko ile-

* Doutoranda em Educação (UNR-ARG), mestre em Educação Agrícola (UFRRJ), professora (IFBAIANO, campus Senhor do Bonfim), pesquisadora do (NGEAALC-UNEB-BA) e do (GELID, IFBAIANO campus de Serrinha-BA).E-mail: edmaof@hotmail.com

** Doutor em Linguagens (PUCRS), professor do curso de mestrado (EMPODS- Serrinha-BA), professor da UNEB, campus I e da Fundação Visconde de Cairu (Salvador-BA), e orientador da primeira autora.

¹ A Pérola Negra de Senhor do Bonfim, perífrase criada pelo pesquisador Ivomar Gitânio da Silva (2005 *apud* MACHADO, SALGADO, KROPIDLOWSKI e SANTOS, 2005) em um de seus escritos.

ive. Ibi-afede naa ni lati sii aaye kan fun ijiroro, ti o da lori iwadii iwe-kiko ati awon eri ti a gba laarin awon ara ilu elegebe (ãs) ti o se adase adari ni agbegbe, lati se afiwe ikole ti awon eto imulo gbogbogbo ti o pade awon ife ti Tijuacuenses. Omi, igbagbo, asa agbegbe ati igbejako eleyameya fihan pe o lagbara lati gbe ariyanjiyan, pelu ero lati saseyori "Parli dudu" igberaga gidi kan.

Awon Koko-oru: Awon itan ti Ijakadi ati resistance. Afro-iran asa. Egboogi-eleyameya.

Introdução

É reconhecida e significativa a influência, bem como valiosas as contribuições das matrizes culturais indígenas e africanas na formação da cultura e da identidade brasileira. Elas se evidenciam para além da cor preta ou parda estampada na pele da maioria da população afrodescendente² que habita o país, mostrando-se também presentes nas crenças, expressões artístico-culturais, como danças, lutas; na gastronomia, a exemplo da culinária baiana ou da feijoada carioca, etc. Enfim, é muito rica, ampla e densa essa influência.

No campo da linguagem, essa contribuição também se faz presente no uso de vocábulos de origem africana, utilizados cotidianamente na língua, como bem demonstram os estudos de Castro (1983, s/p), etnolinguista e pesquisadora há mais de 40 anos, quando constata que o "vocabulário de base africana [é] corrente em diferentes níveis socioculturais da linguagem dos falares da Bahia, reconhecidamente o maior centro de irradiação de influências africanas no Brasil (...)". Estudos mais recentes dessa mesma autora corroboram esses estudos iniciais.

Castro (2018), em entrevista ao programa Mokambo, da TV Bahia, divulgada em 17/11/2018 (redeglobo.globo.com), por ocasião das comemorações sobre o dia da Consciência Negra, demonstra sua preocupação com a invisibilidade da contribuição histórica das línguas africanas, principalmente o bantu, na formação do dialeto no Brasil. A entrevistada explica as coincidências entre a estrutura da língua portuguesa falada no Brasil e o bantu, evidenciando essas origens históricas. E enfatiza ainda a riqueza que há quando pronunciamos as vogais em palavras como "ritmo", "advogado"; diferentemente de outros povos que também falam o português, suprimindo essas vogais, como em Lisboa, por exemplo.

A forte e intensa tendência a valorizar conhecimentos advindos de epistemes eurocêntricas nos currículos escolares (SOUZA SANTOS e MENESES, 2010), acabou

² Afrodescendente na concepção utilizada pelo IBGE (2010) em que analisa pretos e pardos separadamente.

por negligenciar e não abrir espaços autênticos de conquistas e de valorização das verdadeiras origens culturais, africanas ou indígenas, tanto nas escolas como na sociedade como um todo, o que favoreceu o surgimento de preconceitos e, até mesmo, fortaleceu o racismo sistêmico com o qual convive-se no país. Portanto, as ações e as decisões assentadas em ideias e valores colonialistas, tanto na convivência social quanto nos currículos escolares, devem ceder espaço para outras de cunho decolonialista, como modo de evitar o que Boaventura Souza Santos e Meneses (2010) denominam epistemicídio³. Ou ainda, dificultando quaisquer formas de desvalorização da cultura local, já que isso alimenta preconceitos e atitudes racistas.

Toma-se neste texto a concepção de racismo como maneira sistemática de discriminação que considera a raça como fundamento maior para a manifestação, consciente ou não, de práticas em que, em algumas situações, os indivíduos, a depender do grupo social ao qual pertencem, sofrem desvantagens (SÍLVIO ALMEIDA, 2019). Desse modo, não há como negar que é o racismo estrutural que modela o inconsciente da sociedade brasileira, naturalizando os pensamentos e ações de forma a se disseminar em toda a sociedade.

Há críticas de que, eventualmente, quando algumas expressões artístico-culturais são abordadas nas escolas em comemorações de datas cívicas ou momentos criados para esse fim, a exemplo do dia da consciência negra, dia da abolição da escravatura, etc., são *performances* genuínas, em que se priorizam situações que remetem e se limitam a apenas estabelecer diferenças entre brancos e pretos, acentuando ainda mais esse distanciamento. Ou que, no máximo, são capazes de angariar a simpatia e sensibilização das pessoas brancas para as questões cruciais que afligem os pretos, afrodescendentes ou indígenas.

Ou seja, algumas críticas dão conta de que não se trabalha para o envolvimento de todos em ações e atitudes antirracistas (RIBEIRO, 2019). Reconhece-se o valor da sensibilização, entretanto não é o bastante para fortalecer as subjetividades negras e contribuir para a ampliação dos espaços de representatividade. Um trabalho criterioso com leitura e literatura negra nas escolas pode promover uma formação cidadã antirracista e evitar que a ênfase recaia apenas nas diferenças raciais.

³ Epistemicídio entendido como “[...] à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presentes na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas” (SOUZA SANTOS e MENESES, 2010, p. 183).

A força, a beleza e a pujança da África, como um continente com biomas e seres diferentes, exóticos, e uma biodiversidade riquíssima, dentre outras riquezas; ou a força da cultura indígena devem ser contemplados nas escolas. Pouco se sabe ou se aprende sobre a África nas instituições escolares brasileiras. Nem mesmo o suficiente para que os alunos (sociedade) estabeleçam relações entre a importância do continente para a formação do povo e da identidade cultural do país e, a partir daí, sensibilizem-se com a discriminação sofrida pelos negros, redundando em um maior engajamento nos movimentos de desconstrução de todas as formas de racismo e preconceito.

Desse modo, o Brasil se fortaleceu como um país estruturalmente racista e, como não poderia ser diferente, a comunidade quilombola do Tijuaçu-BA também apresenta mazelas daí advindas. Há dezessete anos, Paulo B. Machado, José de Santana Salgado, Mirosław Kropidlowaki e Valmir dos Santos fizeram uma incursão pelo território do Tijuaçu-BA, na tentativa de resgatar através da memória, e via depoimentos de alguns moradores mais velhos, a história da localidade, muitas vezes silenciada (mas ainda em tempo de ser recobrada!), com vistas a provocar debates, reflexões e parametrizar políticas públicas em prol daqueles que habitam a localidade.

Assim, passadas quase duas décadas do lançamento e da manipulação pelos bonfinenses e tijuaçuenses da cartilha “Tijuaçu: uma resistência negra no semiárido baiano” tem-se o objetivo de conhecer a situação atual em que se encontra a referida comunidade, para avaliar possíveis mudanças, reais condições sociais, políticas e econômicas sob as quais vive o povo da localidade, e suscitar o debate em prol de ações que estejam pareadas aos anseios dessas pessoas.

Parte-se da premissa de que muitas conquistas já foram obtidas, e que esses avanços não são apenas frutos despreziosos da dinâmica dos contextos que se atualizam de tempos em tempos, conforme valores e conceitos sofrem alterações. Ao contrário, acredita-se também numa rede de ações criteriosamente organizadas, em prol dessas mudanças e advindas, sim, do convívio com a cartilha; acredita-se na sensibilização de líderes comunitários e de políticos, representantes do povo, na busca de soluções para problemas existentes naquela comunidade.

Portanto, objetiva-se constatar, a partir das análises das respostas dadas ao questionário *online* distribuídos entre pesquisadores, representantes ou conhecedores da realidade local, e de pesquisa bibliográfica realizada com esse propósito, quais são as contribuições efetivas, resultantes do manuseio da referida cartilha na localidade. Faz-se, inicialmente, uma explanação sobre dados geográficos e históricos da formação da

comunidade e, em seguida, apresentação e discussão dos dados coletados. Por último, fazem-se as considerações finais.

1. Um pouco sobre a comunidade de Tijuaçu-BA

1.1 Aspectos geográficos e históricos: a convivência com distintas narrativas.

Em relação aos aspectos geográficos, o distrito de Tijuaçu (que em língua indígena significa lagarto grande⁴) fica a 23 quilômetros de distância da sede do município de Senhor do Bonfim, ao Norte da Bahia. Situa-se na região do semiárido e sofre com a escassez hídrica, o que afeta a qualidade de vida das pessoas e dos demais seres vivos que ali habitam. Com respeito às origens do povoado, convivem duas narrativas. E conforme Machado, Salgado, Kropidlowski e Santos (2005, p. 20):

[há] duas formas de contar as origens (...) uma que passa de família a família (...), que dá coragem e ânimo para o povo; que mostra as raízes distantes das famílias ali instaladas (...) e outra que se encontra em alguns livros, em que o imaginário e o idealismo do povo não entram muito em conta.

Dessa forma, uma das versões dá conta de que um chefe de uma tribo Banto, originária da Guiné, teria trocado uma mulher branca com quem pretendia se casar por uma tribo inimiga, o que se chamava, na época, *escambo*⁵. As duas caravelas chegaram em Salvador-Bahia-Brasil e alguns desses escravos foram comprados e destinados a trabalhar nas Minas de Ouro de Jacobina-BA, onde permaneceram até 1888. Com a abolição da escravatura, os proprietários desses negros ofertaram-lhes algumas porções de terra, numa região chamada Vila Nova da Rainha, atualmente Senhor do Bonfim, onde surge o povoado de Tijuaçu (GITÂNIO, 2005 *apud* MACHADO, SALGADO, KROPIDLOWSKI e SANTOS, 2005, p. 20).

Há outra versão, narrada pelos depoentes, na ocasião da construção do texto da referida cartilha, que conta que três mulheres escravas e fugitivas escaparam de uma senzala, no litoral de Salvador, e caminharam incansavelmente uma longa distância, tendo sobrevivido com frutas, plantas e raízes, dias e noites, embaladas apenas pelo desejo de liberdade, até que se depararam com um lago e ali resolveram passar a noite. Pouco ou nada se sabe sobre os motivos que fizeram com que elas desistissem de seguir

⁴ Conforme Miranda (2006, p. 28-29), a região era bastante habitada por lagarto e tijuaçu, na língua dos índios que viviam naquela região, significava “lagarto grande”.

⁵ Compreendiam as trocas de mercadorias em que o ser humano era a própria mercadoria. Geralmente eram pretos ou escravos brancos.

viagem e permanecessem na região, ao redor daquele lago, próximo de onde hoje se situa Tijuáçu. Uma das depoentes supõe que, ao encontrarem água e terreno fértil, elas provavelmente, podem ter desistido mais facilmente de continuar a viagem. Sobre essa versão, Machado, Salgado, Kropidlowski e Santos (2005, p.21) assim analisam “É assim que o imaginário popular apresenta o começo da história do povo negro e da vila de Tijuáçu”. Muitos moradores da comunidade fazem adesão à essa versão.

Quando analisamos a cultura afro-brasileira, entendemos que as origens distintas dos africanos trazidos ao Brasil-colônia, na época do tráfico transatlântico, tanto os Bantos, originários da Angola, Congo e Moçambique; como os Sudaneses, oriundos da África ocidental, Sudão e Costa da Guiné, obrigaram-nos a se apropriarem de práticas e representações culturais diversas, adaptando-se a novas propostas manifestadas por representações culturais de outros grupos, que não o seu, como forma de sobreviver a essa proibição, a esse silenciamento imposto. Os rituais africanos ganharam um pouco mais de visibilidade, após 1930, durante o período conhecido como Estado Novo. E, mais recentemente em 2003, com a promulgação da lei nº 10.639 – que altera a LDB/ 9394/96 – quando se passou a exigir a inclusão, nos currículos escolares de ensino fundamental e médio, o ensino de história e cultura afro-brasileira, como forma de reparar os danos historicamente praticados contra os afrodescendentes.

Atualmente, são muitas as manifestações culturais de origem africana cultuadas no Brasil: ritmos e danças, como maculelê, capoeira, samba de roda, maracatu, carimbó, incluindo ritmos mais recentes, a exemplo do samba-*reggae* e do *axé-music*. São muitos os instrumentos musicais herdados também, como o tambor, o afoxé, o berimbau; além de expressões vocabulares, como: angu, banzo, milonga, etc.; rituais religiosos, em que predomina o sincretismo religioso, como: umbanda, macumba, candomblé; e da gastronomia, como: vatapá, caruru, dendê, pimenta, etc. Em resenha crítica sobre a obra de Castro (2002), Lucchesi (2004, 171) afirma: “[...] o público leitor brasileiro passa a ter acesso direto a um valioso flagrante da vida e da cultura da sociedade brasileira do ciclo do ouro, bem como de um importante documento que importa tanto para registrar a diversidade de nossa formação linguística, quanto para a reconstrução da história das línguas africanas.”

Entretanto, não foi sempre assim, pois a quase ausência de trabalhos escritos sobre o negro no Brasil, até o século XIX, denuncia a falta de interesse dos estudiosos e da sociedade brasileira, como um todo, pela herança, tradições e valores sócio-históricos

Edna Maria de O.Ferreira, César C.Vitorino, Revisitando uma comunidade quilombola no... advindos da cultura negra, ou como se refere Cabral (2018), à “epistemologia africana”⁶. A abolição da escravidão ocupava mais espaço em livros e artigos produzidos, porque havia interesses econômico e capitalistas, entre outros.

Em pesquisa bibliográfica desenvolvida na disciplina de Metodologia e Pesquisa, durante a licenciatura no Curso de Matemática, na UNEB campus de Senhor do Bonfim, Ivomar Gitânio da Silva (2005 *apud* MACHADO, SALGADO, KROPIDLOWSKI e SANTOS, 2005) investigou a origem histórica do povoado do Tijuaçu/BA, os comportamentos, crenças e tradições mais comuns, ou mais cultuadas entre os moradores, e, então, encantado com a riqueza da herança africana presente na localidade, ele cria a perífrase “Pérola Negra” de Senhor do Bonfim.

1.2. Para Além do imaginário coletivo

Através de uma consulta, via questionário *online* no *Google forms*, enviado a 31 sujeitos, entre pesquisadores, lideranças, moradores ou conhecedores da realidade circundante na Comunidade Quilombola de Tijuaçu-BA, associada também a uma pesquisa bibliográfica, foi possível dimensionar em que medida ações desenvolvidas na comunidade, em relação aos interesses dos afrodescendentes que habitam a localidade, como: elevação da autoestima, combate ao racismo e às demais formas de preconceitos, atendimento aos direitos civis, melhor qualidade de vida, etc., são frutos de debates pós manipulação da Cartilha “Tijuaçu: uma resistência negra no semiárido baiano”, lançada logo depois do reconhecimento do território como remanescentes de Quilombo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Os respondentes, quando questionados sobre a alternativa que mais se aproximava da sua realidade, em relação à atuação na comunidade, 10% deles se identificaram como diretores de escolas; 20% são professores ou ex-professores; 30% se definiram como pesquisadores familiarizados com essa temática; 20% são pessoas que se dizem apenas conhecedoras dos problemas da comunidade e 20% são pessoas maiores de dezoito anos que, por não se encaixarem (ou por outros motivos) em nenhuma das alternativas anteriores, assinalaram a opção “Outra”, contemplada no questionário. Assim, os sujeitos de pesquisa se encaixaram, de certa forma, ao perfil traçado inicialmente pelos investigadores e autores deste ensaio: ser conhecedor da realidade ou ter familiaridade com as questões locais.

⁶ Epistemologia afrodiáspórica porque os saberes são de origem cultural negra e estão sujeitos e abertos à reinvenção.

Com o intuito de fazer uma análise para buscar perceber as contribuições que a referida cartilha, mote das discussões aqui neste texto, promoveu nessa comunidade quilombola e, ainda, buscar avaliar quais outras ações demandam a atenção de políticos e pessoas influentes, no sentido de fomentar políticas públicas que venham ao encontro das reais necessidades daquele povo, desenvolveu-se um trabalho cauteloso de estudo das falas, contrapondo-as ou cotejando-as, conforme, necessidade de clarear o entendimento.

Quando interrogados sobre o alcance ou não dos objetivos traçados inicialmente para a cartilha supracitada, em que se propunha a despertar olhares que enriquecessem a autoestima dos moradores, as respostas foram as seguintes: 11,1% dos entrevistados concordaram com que o alcance do objetivo foi de 100% de efetividade. Já, diametralmente opostos, outros 11,1% acreditam que a cartilha pode ter colaborado apenas em 20%, ou seja, teve quase que uma inexpressiva participação. Outros 44,4% mostraram-se confiantes de que 50% das ações desenvolvidas na comunidade resultaram dos debates e da manipulação da cartilha, enquanto outros 33,3% atribuem 80% das ações e intervenções à cartilha.

É válido salientar que a próxima questão solicitava que justificassem suas respostas à questão anterior. E, então, os posicionamentos foram vários. Houve quem admitisse que a tal cartilha deveria ser mais presentes no cotidiano daquela localidade; outro que argumentasse que as melhorias não se efetivam, porque falta vontade, iniciativa política. Ou ainda, que a autoestima daquela gente e a visibilidade de toda a Tijuaçu foi sendo construída durante esses 20 anos, a partir do processo de reconhecimento da comunidade pela Fundação Cultural Palmares e pelo trabalho realizado pela Associação Quilombola. Algumas das respostas podem ser assim resumidas.

“[...] consigo perceber certo empoderamento dos sujeitos da referida Comunidade, bem como uma melhoria na infraestrutura daquele local, (...).

“Sou negra afro bonfinense e como tal, nós negros, somos sabedores que o preconceito racial em nossa região, não se acaba com algumas ações de reconhecimento”.

“Tenho percebido que as pessoas têm ido pesquisar e depois não retornam(...) entendo que só "exploram" quando necessitam de dados. Sobre o contexto dessa irradiação desejada por Paulo Machado (...) parece-me que eles ficam apenas na burocracia de se cumprir os requisitos legais de suas instituições. Outro ponto importante, para mim, diz respeito à "loucura" que temos vivenciado no país no tocante a uma defesa de que não existe preconceito no Brasil. Essa defesa é parte de um projeto de governo que se assemelha às ideias nazistas da tal raça ariana. E acabam irradiando para todo o país essa "mentira" construída com bases nas ideias de poder e controle da mordaza”.

Uma das falas acima evidencia a necessidade de ações afirmativas que ultrapassem o reconhecimento ou a sensibilização para com a questão dos negros (racismo). Assim, são necessárias ações mais profícuas, que abandonem a superficialidade e representem, de fato, mobilizações de combate, inclusive, às ideias nazistas que vêm ganhando forças no país e em toda a América Latina.

Essas falas nos remetem a Silvio Almeida (2019) que ao defender que o racismo está arraigado na vida cotidiana dos indivíduos, ou seja, é reproduzido sorrateiramente no interior das instituições, sugere também que devem ser criadas políticas internas que combatam essa reprodução de valores estabelecidos e construídos sem levar em conta a base histórica e cultural. Com relação à contribuição que as escolas podem promover, Vitorino e Ferreira (2019, p. 48) asseveram que

Os textos sobre literatura negra e sobre cultura afrodescendente, em prosa ou verso, podem/devem ser utilizados em contexto escolares no ensino médio, como meio de disseminar a história e a cultura africanas, além de fortalecer a representatividade negra. São muitos os personagens e as narrativas que despertam admiração do leitor, servindo-lhe de catarse ou de absorção de suas subjetividades para abrandar problemas existenciais ou de outras ordens. Afinal, a literatura se presta a isso: fruição, catarse, aquisição de conhecimento ou informação, etc.

Silvio Almeida (2019) acrescenta ainda que algumas atitudes internas podem ser tomadas, a exemplo do debate dentro e fora das instituições sobre temas que se proponham a discutir a diversidade; a própria revisão das práticas institucionais, além de remover os empecilhos para a ascensão dos pretos e pretas a cargos de prestígio. Outros exemplos de fala:

“Ultimamente, tive conhecimento, por exemplo, de uma padaria comunitária fechada por falta de investimentos públicos para sua permanência, e não ocorreu [o fechamento] durante a pandemia, mas antes”.

“A circulação e divulgação da Cartilha possibilitou não apenas que o município e seus arredores conhecessem a história de resistência e formação desta comunidade quilombola como também atraiu pesquisadores e pesquisadoras que, através de seus respectivos trabalhos, apresentaram nacionalmente e internacionalmente uma das principais riquezas do remanescente quilombola Tijuaçu: o Samba de Lata⁷. Entretanto (...) é necessário que as políticas públicas afirmativas sejam ampliadas com o intuito de uma sociedade mais justa e democrática.”

⁷ O Samba de lata é uma dança única no gênero, no Brasil. É a linguagem dos sentimentos do povo de Tijuaçu-BA, criada como forma de expressão corporal e forma de os afrodescendentes que ali residem exteriorizarem sua emoção, alegria, tristeza, dando continuidade ao culto de seus antepassados.

Nesses trechos selecionados para análise, podem-se perceber marcas enunciativas de sujeitos que se mostram adeptos e filiados à formação discursiva que acolhe ou abarca o discurso antirracista. São falas no sentido de explicitar as principais causas de luta e resistência que afligem os negros e pretos da localidade; que denunciam o descaso para com os problemas da comunidade por falta de políticas públicas, em prol da população ou dos empreendedores daquele lugar. A última fala citada acima comprova essa afirmação, ao deixar clara a ideia de contribuição dada pela mesma cartilha, ao divulgar nos arredores da comunidade a história de resistência e da formação do povo, além de disseminar a cultura local, como o Samba de Lata, sem deixar de reivindicar políticas públicas afirmativas.

É interessante perceber a recorrente preocupação com temas, como: empoderamento dos sujeitos e a valorização da história de resistência na formação da comunidade, admitidas em duas dessas falas contempladas. Ou ainda, a constatação da ausência de ações efetivas de combate ao racismo, e a denúncia (ao mesmo tempo apelo!) para que políticas públicas afirmativas sejam ampliadas, em lugar da prevalência de escamoteamento da realidade, com mentiras e suposições de que no Brasil não há racismo, presente, aliás, nessa mesma fala citada e já comentada acima.

A ausência de ações efetivas de combate ao racismo é evidente também em Ribeiro (2019) para quem a sociedade precisa ter acesso e participar do debate antirracista. Esse debate precisa sair do nível de militância e atingir a sociedade brasileira por inteiro, pois nos moldes atuais não conseguem mobilizar a sociedade como deveriam, ou os efeitos são muito lentos. Mesmo que uma pessoa se declare não racista, esse fato por si só não se mostra suficiente, já que a ausência de mobilização em favor das causas antirracistas é que contribui para perpetuar a opressão, defende a autora.

Sem contar que essas preocupações ou reivindicações remetem-nos ainda a Gomes (2017) que defende posturas políticas frente ao combate ao racismo e não somente a participação em Movimentos Negros. Para essa autora, a autenticidade do Movimento Negro reside, justamente, na postura política explícita do cidadão. Senão vejamos.

Portanto, não basta apenas valorizar a presença e a participação dos negros na história, na cultura e louvar a ancestralidade negra e africana para que um coletivo seja considerado como Movimento Negro. É preciso que nas ações desse coletivo se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo. (p. 24).

Apenas um contingente de 10% dos respondentes declarou entender que a manipulação da cartilha e o reconhecimento oficial da comunidade como Comunidade Quilombola são responsáveis em potencial pela diminuição do preconceito ou do racismo. Os demais dividem-se entre duas outras opções: a) “não houve mudança significativa”; b) “ainda é muito alta a porcentagem de pessoas racistas na comunidade”. Compreende-se que essas avaliações são reflexos do que ocorre em toda a sociedade brasileira, como nos explicam Almeida (2019), Ribeiro (2019) e Gomes (2017).

Ao tratar dos aspectos geográficos da comunidade, a referida cartilha aborda problemas relacionados à crise hídrica, à fé e à distribuição de terras, vivenciadas pelos concidadãos tijuquenses. Questionados sobre o que tem sido feito, ao longo desses mais de vinte anos da publicação dessa cartilha, em relação a questões de infraestrutura, em prol da solução ou amenização da falta de água à população e às criações de animais, por exemplo, as respostas foram: 40% das respostas afirmam que “muito pouco foi feito”; outros 60% dividem-se, em proporção igual, entre: “não sei precisar”, “pouco” ou “nada” foi feito. Isso coincide com os depoimentos que demonstram o descaso e o sofrimento da população que vive sem atendimento às suas necessidades primárias.

Sondados sobre a conquista de espaços para que todos tivessem liberdade para cultivar os elementos da cultura ancestral (nação ketu, cultura Jeje ou Jeje-Nagô) que faz parte da história desse povo, como se esperava que ocorresse após a publicação e manipulação da cartilha, as respostas deixam transparecer que 77,7% avaliam que, ocasionalmente, têm oportunidade de participarem de atividades desse tipo. Admitem ainda que, na maioria das vezes, participam desse tipo de atividade cultural por iniciativa das escolas que procuram envolver os moradores. Os outros 22,3% denunciam que a realidade continua a mesma. Ou seja, não são promovidas atividades que retomem as origens afro, como meio de combate ao racismo estrutural ou melhorias na qualidade de vida da população.

Em relação às ações desenvolvidas pela Associação de Desenvolvimento Comunitário e pela Associação de Moradores para favorecer a autoestima da população e combater o racismo, obtiveram-se algumas respostas, a exemplo de:

“Não tenho notícias de ações que sobressaiam do normal. Contra o racismo ainda não vemos em nossa região movimentação mais forte no sentido de conhecimento e auto- conhecimento desta questão. O que há são atitudes de cordialidade, nada mais efetivo.”

Essa enunciação acima enfatiza o já sabido de todos, ou seja, já não bastam mais somente ações de sensibilização ou cordialidade. Afinal, são 134 anos aguardando ações efetivas. É preciso a mobilização de todos em favor dessa causa, como propõem (RIBEIRO, 2019); (ALMEIDA, 2019) e (GOMES, 2017). Outro (a) depoente diz:

O que conheço está relacionado ao que tem sido produzido pelo grupo de estudos Mariinha Rodrigues, da UNEB, liderado pela pesquisadora Carmélia Miranda. No mais, entendo que, sem ter uma representação política no legislativo, a comunidade acaba perdendo visibilidade e, conseqüentemente, fica restrita ao que entendo como "mordça geográfica", ou seja, são isolados da manifestação no poder público e isso os impede de terem voz e vez em políticas públicas do município.

A referência clara aos silenciamentos (mordça geográfica) impostos à comunidade, talvez por não terem um representante político no legislativo, reafirma o fato de que negros e negras, em sua maioria, não têm voz ativa; e, por isso, não costumam ser contemplados nas políticas públicas, justamente porque a ausência de uma liderança dificulta o acesso e a exteriorização de seus anseios, vontades e subjetividades. Não é a questão do corporativismo que deve assumir o centro do debate, nem é essa a intenção aqui neste ensaio. Mas o foco deve ficar na importância de se ter representatividade política, com vistas a garantir visibilidade e voz.

Isso tudo nos remete mais uma vez à filósofa Djamila Ribeiro que esclarece a expressão "lugar de fala", como oportunidade de as mulheres negras se posicionarem a partir de suas realidades, geralmente diferentes das realidades das mulheres brancas, e assumirem-se protagonistas de suas reivindicações para que as pautas não sejam uniformizadas, já que os anseios também não coincidem (RIBEIRO, 2017). Observa-se, contudo, que o termo silenciamento (ou mordça geográfica) deve ser extensivo a toda comunidade e não apenas às mulheres.

Com respeito às ações que poderiam ser desenvolvidas nessa Comunidade Quilombola em prol dos avanços desejados pela população, obtivemos várias sugestões, algumas bastante pertinentes. Umas de ordem mais administrativa, como a criação de oportunidade de emprego para os jovens negros, para que não se evadam da comunidade. Ou ainda, a valorização das culturas locais, como forma de desenvolver a autoestima. Outras são de ordem mais pragmática como maior divulgação da cultura oral, como as canções ou o próprio Samba de Lata. São iniciativas simples, contudo não costumam ocorrer com a frequência com que deveriam na localidade, limitam-se, na maioria das vezes, aos espaços escolares, e são pontuais.

Outra sugestão veio no sentido de propor menos volatilidade aos docentes das escolas, como meio de criar vínculo afetivos e de interesses entre esses professores e a comunidade, oportunizando a criação de um currículo que se aproxime mais da matriz epistêmica afrodiaspórica; e que selecione propostas pedagógicas mais contextualizadas e extensivas à sociedade. Foram feitas referências à carência ou insuficiência de eventos culturais e de lazer para os sujeitos, reforçando a ideia já exposta em outras respostas dadas e analisadas. Há que se promover com certa regularidade ações e mobilizações, num progressivo resgate e cultuação das culturas negra, afro-brasileira e afrodescendente.

Outro(a) respondente sugeriu um núcleo ou gestão, dentro da prefeitura de Senhor do Bonfim, por exemplo, que pudesse lidar com a questão da igualdade racial, a exemplo do que já existe em instâncias maiores do poder público. Esse núcleo envidaria esforços no sentido de legitimar políticas e ações que valorizassem e empoderassem o papel das mulheres de Tijuaçu/BA que representam majoritariamente as lideranças familiares na comunidade; ações que combatessem o preconceito e o racismo estrutural; que discutissem e propusessem solução para a crise hídrica que afeta humanos e animais, bem como a questões ligadas à distribuição de terras, já abordadas na cartilha. Essas foram algumas das propostas colhidas entre os depoentes.

E nesse sentido, recorre-se a Almeida (2019) quando ensina que para ser antirracista, é preciso que as opiniões, compreensões da realidade, valores e argumentos se aproximem. Ou seja, os pontos de vista e os valores precisam coincidir com as políticas públicas capazes de preservar a vida da população negra (ou de outras tantas raças e minorias). Só assim conseguiremos vencer o racismo de fato e ver o sonho de Martin Luther King ser realizado.

Portanto, caro leitor, ao (s) pesquisador(es) compete investigar e divulgar resultados: aqui estão os que conseguimos colher. Aos legisladores e ao executivo, sentindo-se sensibilizados e comprometidos com a causa, compete a transposição dos dados de investigação em políticas públicas e ações afirmativas mobilizadoras e eficazes. Já aos leitores e à sociedade de modo geral (incluindo os autores desse ensaio), cabe abraçar a causa. Afinal, concorda-se com Djamila Ribeiro (2019, p. 15), quando diz “o antirracismo é uma luta de todas e todos”. Ou ainda, “Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”. Sejam antirracistas! É urgente!

2.Saldo positivo a partir da manipulação da cartilha

Não se deve atribuir apenas à cartilha, mas também a ela, todo um contexto que mobilizou cidadãos da comunidade e do entorno, acerca de discussões sobre assuntos de interesse da Comunidade Quilombola, a exemplo da disseminação da história e da cultura de antepassados; das dificuldades enfrentadas por todos e de suas lutas e resistências; suas carências e anseios, etc. Além de atividades escolares abertas à comunidade e que se intensificaram, após o evento de reconhecimento da Comunidade, em 2000; da promulgação da Lei nº 10.639, em 2003 e da produção da cartilha, em 2005, algumas outras ações também de natureza histórico-cultural ou social foram desenvolvidas por associações locais, com vistas a fortalecer a autoestima, o orgulho e o empoderamento da população negra. Inclusive, há críticas de que recentemente essas ações estão menos frequentes entre eles.

Como saldo positivo e resultante desse contexto de convergência de ações voltadas para a comunidade Quilombola, pode-se citar a produção de alguns textos/escritos acadêmicos que versam sobre questões diversas, com propósito também de fortalecer a ideia de pertencimento ou provocar o debate sobre questões pertinentes e de interesse da comunidade, como educação e saúde, segurança alimentar, letramentos sociais, pertencimento identitário, etc.

Mostram-se mais conhecidas aos moradores da comunidade algumas dissertações, trabalhos de conclusão de curso (TCC), teses, artigos, ou ainda, o desenvolvimento de projetos sociais no interior do povoado. Foram citados algumas dessas produções pelos entrevistados, dentre elas: Tese, depois publicado como livro, de Carmélia Aparecida Silva de Miranda, sob o título “Vestígios recuperados: experiências da comunidade negra rural de Tijuaçu – BA” (2006); Artigo, escrito por Carmélia Miranda, “Comunidade quilombola de Tijuaçu: memória, identidade e visibilidade” (2011), além de outros da mesma autora; TCC de Eliete Fagundes – “História de vida e formação: memórias de uma infância sem perspectiva à formação em pedagogia” (2011); Dissertação de Eliana do Sacramento de Almeida - “Educação em saúde na comunidade quilombola de Tijuaçu, Senhor do Bonfim -BA” (2016); Dissertação de autoria de Danielma da Silva Bezerra Brasileiro – “Da escola no Quilombo à escola do Quilombo: a prática pedagógica como elemento substancial para fortalecer sentidos de pertencimento identitário” (2017); Criação de Grupo de Estudos Mariinha Rodrigues, da UNEB, liderado pela pesquisadora Carmélia Miranda (2018) e o Artigo de autoria de Carmélia Miranda,

Leonice Souza e Vanessa Angelim - “Práticas pedagógicas de identidade afro-brasileira na educação integral de uma escola quilombola no Piemonte BA” (2019).

Essas são apenas algumas das produções escritas e dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos na comunidade. Sabe-se da existência de muitos outros com temáticas diferentes, mas sempre relacionadas à história da comunidade negra rural de Tijuaçu-BA, com dados colhidos por meio de testemunhos orais dados pelos habitantes e pela análise de documentação oficial, em arquivo no Brasil e Portugal, a exemplo de um dos artigos escrito por Camélia Miranda.

Em que pesem as críticas tecidas por alguns dos depoentes (uma delas, inclusive, selecionada para análise neste ensaio - a de que falta um diálogo permanente de pesquisadores e autores dessas produções acadêmicas com a população -, evidencia-se que os autores deste ensaio comungam com essa crítica feita. Essas produções deveriam servir de mote para novos debates que reverberassem em mobilização da comunidade e de autoridades competentes para que se transformassem em ações concretas de combate ao racismo ou de atendimento às necessidades da população. No entanto, há que se reconhecer que já houve alguns frutos, mesmo que sazonais.

Tomemos a composição dos currículos escolares como análise, por exemplo. É sabido de todos que esse momento de composição do currículo representa um espaço de disputas intelectual, epistemológica, conceitual e ideológica. São frequentes relações tensas e, na maioria das vezes, contrárias, ou com nuances antagônicas, a exemplo das ideias de “dominação” versus “subordinação”, “admissão” ou “negação” do racismo, entre outras. Enfim, as demandas são distintas por se tratar de anseios de uma coletividade também diversificada e que deve estar nele representada.

Reconhecem-se as dificuldades em se levantar um currículo ideal, em que se priorize a convivência com o diverso e reconheça a pluralidade de saberes e conhecimentos. Principalmente quando se busca levar em consideração os ensinamentos de Boaventura Souza Santos e Meneses (2010, p.7) sobre a necessidade urgente de se abandonar a forte tendência de imprimir caráter colonialista nos currículos. Sobre isso o autor afirma que:

O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizadas, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade.

Nesse sentido, embora não fosse propósito inicial, deste texto contrapor documentos anteriores a outros mais atuais, produzidos nas escolas da comunidade, para avaliar possíveis mudanças impingidas neles, a leitura de alguns desses artigos, teses e dissertações que emergiram nesse contexto aponta certa influência positiva, mesmo que não tão aparente. Ou seja, o reconhecimento do território, ocorrido em 2000; a promulgação da Lei nº 10.639, em 2003, e a produção da cartilha, em 2005 foram ações que ocorreram muito próximas e fortaleceram-se, umas às outras, criando situação necessária à profusão de ações, estudos, debates abertos à comunidade, etc. E isso se mostrou bastante favorável, no que se refere ao debate para a adoção de um currículo que se aproximasse mais de uma episteme de origem afrodiáspórica.

Por outro lado, essa convergência de ações reconhecimento do território, promulgação da lei e lançamento da cartilha acabou dificultando a percepção dos limites que esse contexto tomou, a ponto de dificultar também uma análise mais criteriosa para poder afirmar que algumas dessas ações são (ou não) derivadas apenas da manipulação da cartilha. No entanto, a mobilização que ocorreu pode ser percebida nas falas de professores, diretores, como fator positivo e desencadeador de reflexões por toda a comunidade escolar e extensiva, em seus benefícios, a toda comunidade.

Miranda, Souza e Angelim (2019, p. 5), ao tratarem sobre práticas pedagógicas de identidade afro-brasileira, no Colégio Municipal de Primeiro Grau de Tijuaçu-BA, constataram a presença no projeto pedagógico participativo (PPP-2016) do seguinte trecho em relação aos objetivos e à maneira como a escola divide e organiza as atividades pedagógicas, mais especificamente, as que são voltadas para o contexto regional, territorial e sociocultural da comunidade quilombola:

[busca] garantir discussões sobre a identidade, a cultura e a linguagem, como importantes eixos norteadores do currículo; considerando a liberdade religiosa como princípio jurídico, pedagógico e político. Promover ainda os conhecimentos tradicionais à oralidade, à ancestralidade, à estética, às formas de trabalho, às tecnologias e a história de cada comunidade quilombola. (PPP do Colégio Municipal de Primeiro Grau, 2016).

A leitura que se faz é a de que houve avanços, tanto por conta do cumprimento às exigências feitas pelo sistema Estadual de Educação (Resolução nº 68/2013), entre outras, bem como por ter possibilitado a construção de um currículo, em que não se priorizassem alguns saberes ou conhecimentos em detrimento de outros. Ou seja, mesmo que de forma discreta, outra leitura que se faz é a de que já existia uma comunidade incomodada com a ausência de representatividade negra na sociedade. Assim, os

debates advindos da manipulação da referida cartilha colaboraram para fortalecer esse desejo velado e transformando-o em documento oficial.

Alguns professores e até mesmo pais de alunos, ainda que inconscientemente, buscavam já um modelo de currículo que valorizasse os saberes afrodescendentes. Entretanto, a invisibilidade desse fato outrora pode ser atribuída à condição de segregação ou silenciamento, a que estavam submetidos esses sujeitos. Eram manifestações isoladas de um ou outro professor, pai de aluno, mas que não ganhavam a força necessária; e tudo continuava igual, tanto no documento projeto pedagógico participativo (PPP) quanto no cotidiano escolar. Agora, não mais: o documento (PPP/2016) traz o discurso exigido pela Resolução nº 68/2013, dando voz a professores, alunos, pais de alunos e redundando em saldo positivo para toda a Comunidade. Contudo, há que se ficar atento à realização e materialização dessas ações previstas no documento cotidianamente.

Desse modo, não é impertinente afirmar que houve uma convergência de fatores: a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, juntamente com a Lei nº10.639, de 09 de dezembro de 2003, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, a presença da cartilha na comunidade, todos esses eventos vieram corroborar e legitimar os anseios da comunidade, incluindo a comunidade escolar, em momentos de construção dos currículos nas escolas de Tijuáçu-BA. Esses fatores vieram viabilizar condições de mobilização por parte das escolas, professores, funcionários e dos pais e moradores, no intento de se questionar valores culturais e epistemológicos subjacentes ao currículo, distanciando-se dos valores eurocêntricos e se aproximando mais dos valores e raízes afrodescendentes.

A questão, provavelmente, é compreender e reconhecer que após o reconhecimento do território pelo (INCRA-2000) e dessa convergência de fatores, a que se fez referência em parágrafos anteriores, a autoestima das pessoas e a abertura para discussões sobre essas questões foram se tornando possíveis. Afinal, é nas discussões que se vão definindo conceitos/concepções; ampliando espaços e horizontes, ou reafirmando posturas e criando novas expectativas. Além das ações desenvolvidas com o coletivo e das produções acadêmicas já citadas, a comunidade é assistida por ONGs, por projetos dos governos federal e estadual. Inclusive, um (a) dos (as) respondentes afirma que a comunidade foi beneficiada com o projeto denominado Escola Verde, em que se trabalha a liderança e a autoestima das crianças, na Escola de primeiro grau. É

importante evidenciar ainda que através das ações desenvolvidas pela Associação de moradores, muitas manifestações culturais que estavam adormecidas passaram a fazer parte dos eventos da comunidade com mais frequência. Observa-se que, ultimamente, já se tem percebido também um esmaecimento dessas ações.

O próprio fato de a população se aceitar orgulhosamente como afrodescendente e partícipe de uma cultura afro-brasileira; e por ter lutado pelos seus direitos, com a mobilização de várias lideranças comunitárias, pode ser atribuído também (não apenas!) à circulação da referida cartilha. Muitas outras ações e projetos foram desenvolvidos na comunidade, com o intuito de amenizar os problemas políticos, sociais e econômicos, porém vamos nos limitar a citar os já referidos nas respostas dadas ao questionário, instrumento de pesquisa nesta investigação, e que resultou na produção deste ensaio. É interessante lembrar que muitas outras ações efetivas aguardam ainda parcerias para a implantação ou para dar continuidade às ações, a exemplo das que se encontram esmaecidas.

Uma crítica severa feita por um (a) depoente foi a de que o empoderamento da comunidade, talvez não tenha sido trabalhado com critérios e cuidados devidos, o que resultou, em algumas ocasiões, em indisciplina por parte dos alunos, na escola, e em libertinagem, por parte de alguns moradores, na sociedade. Ou seja, as atividades culturais eram propostas e desenvolvidas, na escola e na sociedade, às vezes, sem delimitar a noção de responsabilidade e de deveres a serem cumpridos.

Desse modo, a ideia de “empoderamento” parece ter sido confundida com liberdade total e irrestrita. Há quem acredite que em lugar de entender o empoderamento como ação emancipadora, o indivíduo o entendeu como potencializador do seu direito de decisão, mas nem sempre soube fazer a melhor opção. O alto índice de alcoolismo entre os jovens e crianças foi citado por um (a) depoente como exemplo de resultado negativo, advindo de vários fatores, entre eles, a má gestão de algumas dessas atividades.

Outra crítica feita em uma das falas foi a de que a retirada da disciplina de História do Município de Senhor do Bonfim do currículo da escola municipal e a substituição por História Afro não deu conta de atender as necessidades, pois os conhecimentos regionais foram alijados do currículo. Esse (a) depoente sugere o retorno da disciplina de História do Município de Senhor do Bonfim nos currículos, bem como a construção, na comunidade, das sedes dos grupos de pesquisa que trabalham com essa temática, envolvendo pessoas da comunidade nas ações. Finalizando, sugere a revitalização das Associações e grupos comunitários, como forma de aumentar a visibilidade e

representatividade de todos, no intento de angariar melhorias na comunidade. Houve fala no sentido de exigir que outros quilombos existentes no município também recebam seu reconhecimento, assim como o de Tijuaçu.

Considerações finais

A comunidade negra rural de Tijuaçu, reconhecida como remanescente de quilombo no D.O. da União, em 28/02/2000, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tem sido espaço de muitos estudos que resultaram em projetos, artigos, trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações, etc., sobre, entre outras questões, a história, os valores e as formas de resistência do grupo; a valorização e o empoderamento da mulher negra; a herança e raízes culturais. Não se deve atribuir esses frutos unicamente à manipulação da obra “Tijuaçu: uma resistência negra no semiárido” (MACHADO, SALGADO, KROPIDLOWAKI e SANTOS (2005), entretanto a convivência com a mesma é apontada também como fator relevante para que avanços ocorressem.

A convergência de fatores, como promulgação de leis e resoluções, a produção da obra em questão, em 2005; o reconhecimento do território pelo INCRA (2000) terminou por criar condições propícias ao debate mais acirrado sobre questões pertinentes e ansiadas pela comunidade, gerando ações e movimentos em prol desses anseios. Muitas dessas iniciativas já experimentadas podem ser melhoradas, mas o saldo é considerado positivo, ao constatar que além de alguns avanços de ordem físico-estrutural obtidos pela comunidade Tijuaçu-BA, outros ganhos em relação ao combate ao racismo; mudanças significativas no currículo escolar, maior visibilidade da comunidade, aumento da autoestima da população negra, ideia de pertencimento identitário às pessoas pretas, etc. já fazem parte do cotidiano.

As produções acadêmicas, grupos de estudos e ONGs, criados com o intuito de colaborar na resolução das problemáticas locais, também deram suas contribuições ao trazer à tona os reais entraves da comunidade; denunciar, sugerir propostas viáveis para a solução de alguns desses empecilhos. Na verdade, faltam ações políticas e políticas públicas que absorvam essas propostas, pois para a Comunidade Quilombola é desagradável a sensação de estar sempre aberta e solícita à visita de investigadores, sem que haja uma devolutiva a contento. Entretanto, deve-se levar em conta que é a denúncia e a exposição da realidade que torna visível a necessidade.

Referência

- ALMEIDA, Eliana do Sacramento de. **Educação em saúde na comunidade quilombola de Tijuacu, Senhor do Bonfim -BA**. 142f. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas, Salvador-Bahia, 2016.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.
- BRASIL. MEC. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. D.O.U., de 10 de janeiro de 2003.
- BRASIL. MEC. **Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003**. Brasília, Congresso Nacional, 2008.
- BRASILEIRO, Danielma da Silva Bezerra; SILVA, Jerônimo Jorge C. Da escola no Quilombo à escola do Quilombo: a prática pedagógica como elemento substancial para fortalecer sentidos de pertencimento identitário. **Revista Plurais**, v. 2, n.1, pp. 76-81, 2017.
- CABRAL, Heuler Costa. O paradigma epistemológico africano em questionamento. In: **Revista África e africanidades**. Ano XI, n. 28, p. 01-09, out. 2018. Disponível em: www.africaeaficanidades.com.br. Acesso em 22/08/2022.
- CASTRO, Yeda Pessoa. Das línguas africanas ao português brasileiro. **Afro-Ásia**, Salvador: CEAO, n. 14, pp. 81-106, 1983. Disponível no Repositório da UFBA.
- FAGUNDES, Eliete. **História de vida e formação: memórias de uma infância sem perspectiva à formação em pedagogia (TCC)**. Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Departamento de Ciências Humanas, 2011.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.
- LUCCHESI, Dante. **A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII**. Resenha do livro com o mesmo título, da autora Yeda Pessoa de Castro. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais, 240 p.
- MACHADO, Paulo Batista; SALGADO, José de Santana; KROPIDLOWSKI, Miroslaw; SANTOS, Valmir. **Tijuacu: uma resistência negra no semiárido baiano**. Senhor do Bonfim: S. Victor Gráfica, 2005.
- MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva de. **Vestígios recuperados: experiências da comunidade negra rural de Tijuacu - BA**. 2006. 204 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva de. Comunidade quilombola de Tijuaçu: memória, identidade e visibilidade. **ANAIS do ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009**. Disponível em:

[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307923356_ARQUIVO_CARMELIAartigoANPUH-reviso-17maio2011\(1\).pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307923356_ARQUIVO_CARMELIAartigoANPUH-reviso-17maio2011(1).pdf). Acesso em: 14/09/2022.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva de; SOUZA, Leonice Francisca de; ANGELIM, Vanessa Gomes Lopes. Práticas pedagógicas de identidade afro-brasileira na educação integral de uma escola quilombola no Piemonte BA. In: MARAUX, Amélia Tereza Santa Rosa; OLIVEIRA, Íris Verena Santos de; Silva, Marta Enéas da. (Org). **Diferenças e práticas formativas**. Salvador: EDUNEB, pp. 277-307, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos plurais).

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

TESSER, Gelson João. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. In: Revista Educar em Revista-UFPR. Curitiba, vol. 10 n. 10, pp. 91-98, Jan/Dec, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.php?script=S0104-0601994000100012>. Acesso em: ago. 2022.

VITORINO, César Costa; FERREIRA, Edna Maria de Oliveira. Literatura negra, cultura e formação cidadã antirracista. **Revista Alembra – RA**. Confresa-MT, vol. 3, n. 6, pp. 32-50, Jan a Jun/2021.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022

Para citar este texto (ABNT): FERREIRA, Edna Maria de Oliveira; VITORINO, César Costa. Revisitando uma comunidade quilombola no Piemonte Norte do Itapicuru: a quantas anda a pérola negra de Senhor do Bonfim (BA)? *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p. 51-71, jan.- jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Ferreira, Edna Maria de Oliveira; Vitorino, César Costa (jan./jun.2023). Revisitando uma comunidade quilombola no Piemonte Norte do Itapicuru: a quantas anda a pérola negra de Senhor do Bonfim (BA)? *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 51-71.